FORMAÇÃO PERMANENTE E PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA: UMA ANÁLISE FREIREANA

Daíze Franciele Nunes da Silva-Graduanda em Pedagogia- UFPB
Núbia Gomes de Souza dos Santos-Graduanda em pedagogia do Campo-UFPB
Rita de Cassia Cavalcanti Porto-Orientadora-UFPB

RESUMO: O trabalho aqui proposto é resultado das pesquisas desenvolvidas durante a realização do projeto "Desenhos Curriculares dos Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de Pedagogia da UFPB: uma releitura freireana da formação do pedagogo" vinculado ao Programa de Licenciaturas (PROLICEN/UFPB). A metodologia utilizada foi de cunho bibliográfico e documental, pois, precisou no levantamento de documentos referentes a formação do/a pedagogo/a e na análise dos Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de Pedagogia da UFPB, *Campus I*. Em concomitância com os estudos realizamos as leituras das obras de Paulo Freire. Nosso objetivo central foi compreender a formação do/a pedagogo/a nos diferentes projetos políticos pedagógicos dos referidos cursos, tendo um constante diálogo com a pedagogia Paulo Freire. Vale ressaltar que em nossa pesquisa foi possível compreender a diferença entre formação inicial e continuada da formação permanente na perspectiva freireana.

Palavras-chave: Paulo Freire, Formação do/a pedagogo/a, Projeto Político-Pedagógico.

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui proposto é resultado das pesquisas desenvolvidas durante a realização do projeto "Desenhos Curriculares dos Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de Pedagogia da UFPB: uma releitura freireana da formação do pedagogo" vinculado ao Programa de Licenciaturas (PROLICEN/UFPB).

Nossos estudos foram pautados na leitura dos Documentos Oficiais relativos à formação do pedagogo, o Parecer CNE/CP nº 5/2005 e a Resolução CNE/CP nº 1/2006 e na análise dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) ou Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) como denomina a Resolução CONSEPE/UFPB nº 07/2010[1] que estabelece normas de elaboração e de reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFPB, em concomitância com os estudos e as análises das obras de Paulo Freire. Nosso objetivo central foi compreender a formação do pedagogo nos diferentes projetos políticos pedagógicos dos Cursos de Pedagogia da UFPB, *Campus I* - João Pessoa, tendo um constante diálogo com a pedagogia Paulo Freire.

Para o recorte da pesquisa, selecionamos os PPPs dos três cursos de Pedagogia do Centro de Educação da UFPB, denominados de Curso de Licenciatura em Pedagogia, área de aprofundamento em Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial. (Resolução nº 64/2006-CONSEPE/UFPB), curso de Pedagogia, Licenciatura, com área de aprofundamento em Educação do Campo, (Resolução nº 47/2009-CONSEPE/UFPB, revogada pela Resolução nº 69/2010-CONSEPE/UFPB), e curso de graduação em Pedagogia, na modalidade Licenciatura a Distância (Resolução 24/2007-CONSEPE/UFPB).

A formação permanente do pedagogo para Paulo Freire

Considerando que o pedagogo é o profissional que irá atuar na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino nos indagamos: Qual é o pedagogo que irá trabalhar nas

[1] A nomenclatura Projeto Pedagógico de Curso (PPC) aparece somente na Resolução CONSEPE/UFPB n° 07/2010. No entanto vale destacar que as resoluções: 39/1999 reformulada pela 34/2004, do mesmo Conselho, denominava PPP. Nesse texto iremos utilizar o termo PPP por entendermos que devemos reforçar o Político Pedagógico.

diferentes modalidades de ensino da Educação Básica? Qual a influência do pensamento de Paulo Freire na organização do currículo?

Paulo Freire em sua luta por uma educação de qualidade nos deixa, através de suas obras e vivências, uma pedagogia problematizadora que não separa a teoria da prática.

Ao analisar suas obras vários temas como: ética, inclusão social, autonomia, gestão democrática, projeto político pedagógico, formação dos sujeitos, valorização dos educadores, emancipação, formação permanente, currículo, diálogo e relação dialógica, unidade teoria prática, práxis dentre outros que são claramente identificados na sua produção.

Para o autor, a práxis deverá ser pensada e repensada constantemente, a fim de que o discurso não se dissocie da prática:

> Na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser tal modo concreto que quase se confunde com a prática. (FREIRE, 1996. p. 18)

Freire entende o currículo num sentido amplo que passa necessariamente por uma leitura do mundo, por isso este deve estar em constante (re) formulação. Nesse sentido, o professor tem que estar apto a não prender-se apenas aquilo que a escola determina, mas sim, ter a autonomia de atuar como um problematizador, um professor que vá além das esferas pedagógicas que a escola determina, levando em consideração muito mais do que os conteúdos. Ele defende o professor pesquisador que reflete permanentemente sobre o processo teoria – prática. Para Freire,

> [...] o conhecimento novo supera outro que antes foi novo e se fez velho e se "dispõe" a ser ultrapassado por outro amanhã. Daí que seja tão fundamental conhecer o conhecimento existente quanto saber que estamos abertos e aptos à produção do conhecimento ainda não existente. (1996, p. 14).

Pesquisar sobre as políticas de formação do pedagogo e sobre as contribuições que a pedagogia freireana tem a trazer para a formação de um profissional que atuará, não apenas, nos espaços escolares, mais também em espaços não-escolares, exige deste profissional em formação uma prática pedagógica emancipadora e reflexiva. O educador deve estar em

constante processo de aprendizagem, de pesquisa e de transformação de sua ação. Quanto a este ciclo de renovação de saberes Paulo Freire nos deixa claro que,

> Ensinar, aprender e pesquisar com esses dois momentos do clico gnosiológico: o em que se ensina e se aprende o conhecimento já existente e o em que se trabalha a produção do conhecimento ainda não existente. A "dodiscência" – docênciadiscência – e a pesquisa, indicotomizáveis, são assim práticas indicotomizáveis. (Ibidem, p. 14)

Estudá-lo para melhor conhecê-lo, pesquisá-lo então pode significar repensar nosso próprio ensino, afinal, é Freire quem afirma: que "não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino" (1996, p. 14), e quando se trata de referendar um saber que não fique na superficialidade ele nos diz que isto "[...] é um direito que as pessoas têm, e a que chamo de direito de saber melhor aquilo que elas já sabem. Saber melhor significa precisamente ir além do senso comum a fim de começar a descobrir a razão de ser dos fatos". (2003, p. 159)

Mesmo não tendo formulado uma teoria explícita sobre o currículo o autor exerce na atualidade uma forte influência sobre autores que trabalham diretamente com a temática. Para o patrono da educação brasileira, o currículo deverá ser analisado a partir da realidade do educando a esta realidade o autor vai referir-se como realidade de mundo.

Dessa forma, o professor antes mesmo de trazer o conhecimento para o educando, deve criar caminhos que possibilitem, ao mesmo tempo, reconhecer-se como um sujeito emancipado, podendo criar novos caminhos, pensando na realidade de cada educando, resultando em novos conhecimentos, ou seja,

> [...] a leitura da palavra é sempre precedida da leitura do mundo. E aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade. (FREIRE, 1989, p. 7)

O momento é de repensar as práticas pedagógicas exercidas pelos educadores atuais e refletir coletivamente sobre novas práticas. Na perspectiva freireana, o pedagogo deve atuar em espaços escolares e não-escolares e sempre com o foco no educando, ou seja, deve-se estabelecer uma relação dialógica entre educador e educando para que o conhecimento seja pautado na construção e não na transposição de informações, como na educação bancária, onde apenas o professor detém conhecimento e o educando é tido como mero receptor deste.

Para esse feito, Paulo Freire aponta que, "o bom clima pedagógico-democrático é o em que o educando vai aprendendo à custa de sua prática mesmo que sua curiosidade como sua liberdade deve estar sujeita a limites, mas em permanente exercício". (FREIRE, 1996. p. 85)

Corroborando com as contribuições do pensar freireano, Menezes e Santiago (2010) enfatizam que:

> Na educação como prática da liberdade, estudante e professor são os protagonistas do processo, que juntos dialogam, problematizam e constroem o conhecimento; problematizar é exercer uma análise crítica sobre a realidade das relações entre o ser humano e o mundo. Para que isso ocorra, os sujeitos precisam voltar-se, dialogicamente, para a realidade mediatizadora, a fim de transformá-la e isso só é possível através do diálogo que é "desvelador da realidade" (2010, p. 9)

Nosso objeto de estudo foi o projeto político pedagógico (PPP) do curso de graduação em Pedagogia, licenciatura. Para isso analisamos o Parecer nº 5/2005 e a Resolução nº 1/2006 do Conselho Nacional de Educação (CNE). Procuramos identificar semelhanças e diferenças dos PPPs dos Cursos de Pedagogia, *campus* I, da UFPB. Nos alicerçamos em Freire (1996, p. 15), quando o autor afirma:

> A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer. Esta reflexão crítica sobre sua prática deve tornar-se uma exigência da relação entre teoria e prática rendendo assim numa prática não ativista e sim problematizadora.

Assim, como está previsto no Art. 2º da Resolução nº 1/2006, o pedagogo em processo de formação deve habilitar-se para o exercício da docência na Educação Infantil, e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar.

Na prática pedagógica do educador transformador, deve firmar-se sempre na sua relação com o outro.

> É fundamental que na prática da formação docente, o aprendiz de educador assuma que o indispensável pensar certo não é presente dos deuses nem se acha nos guias de professores que iluminados intelectuais escrevem desde o centro do poder, mas, pelo contrário, o pensar certo que supera o ingênuo tem que ser produzido pelo próprio aprendiz em comunhão com o professor formador. (FREIRE, 1996, p. 43)

Dessa forma, é na sua própria formação como educador/pedagogo/professor que o indivíduo deve pensar em sua prática pedagógica, onde isto não acontece em uma experiência isolada, é por isso que o profissional deve estar em constante reflexão da sua prática, assim, estando apto a assumir seu espaço e exercer sua função social, quanto a sua formação, conforme Freire, "o professor que não leve a sério sua formação, que não estuda que não se esforce para estar à altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe". (FREIRE, 1996, p. 92)

Projetos político-pedagógicos dos Cursos de Pedagogia da UFPB

No Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), *Campus I,* identificamos a existência de três (03) Cursos de Pedagogia. Todos eles referenciam a Resolução CNE/CP nº 01/2006, no entanto, dois deles possuem respectivas especificidades, sendo eles Educação do Campo e Modalidade à Distância.

De acordo com o artigo 6º, da Resolução supracitada, a estrutura do curso Pedagogia, independente de sua especificidade deveria se constituir da seguinte forma:

> I - um **núcleo de estudos básicos** que, sem perder de vista a diversidade e a multiculturalidade da sociedade brasileira, por meio do estudo acurado da literatura pertinente e de realidades educacionais, assim como por meio de reflexão e ações críticas [...];
> II - um **núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos** voltados às áreas de atuação profissional priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições [...];
> III - um **núcleo de estudos integradores** que proporcionará enriquecimento curricular [...].

De acordo com o artigo 7º da referida Resolução, os cursos devem ter carga horária mínima de 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico, conforme orientação da Legislação brasileira, distribuídos da seguinte forma:

> I - 2.800 horas dedicadas às atividades formativas como assistência a aulas, realização de seminários, participação na realização de pesquisas [...];
> II - 300 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado prioritariamente em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental;

> III - 100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio, da iniciação científica, da extensão e da monitoria.

Em relação aos estágios curriculares, o art. 8º recomenda que o estudante de pedagogia atue, amplie e fortaleça atitudes éticas, conhecimentos e competências na área profissional em ambientes escolares e não-escolares e atuação:

> a) na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, prioritariamente;
> b) nas disciplinas pedagógicas dos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal;
> c) na Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar;
> d) na Educação de Jovens e Adultos;
> e) na participação em atividades da gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos;
> f) em reuniões de formação pedagógica.

A composição Curricular dos Cursos de Pedagogia da UFPB possuem uma estrutura comum orientada pela Resolução nº 07/2010[2]/CONSEPE/UFPB, conforme o artigo 7º,

> O currículo, parte integrante do Projeto Pedagógico do Curso, deve ser concebido como o instrumento de produção e transmissão do conhecimento sistematizado, possibilitando a prática interdisciplinar e a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, desdobrado-se em conteúdos curriculares.

Os conteúdos curriculares são "unidades de estruturação didático-pedagógica e correspondem a disciplinas, módulos ou blocos de atividades acadêmicas especificas", contemplando os conteúdos básicos profissionais de caráter obrigatório, os conteúdos complementares constituídos por disciplinas de aprofundamento desdobradas em:

> a) conteúdos complementares obrigatórios, constituídos de disciplinas ou áreas de aprofundamento, consideradas indispensáveis à formação profissional;
> b) conteúdos complementares optativos, proporcionando ampliação de conhecimentos gerais ou específicos;
> c) conteúdos complementares flexíveis constituídos de atividades como seminários, congressos, colóquios, oficinas, projetos de iniciação ao ensino e a pesquisa, atividades de extensão, estágios extracurriculares, produção

[2] Estabelece normas de elaboração e de reformulação do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação da UFPB, revoga as Resoluções Nº. 52/2003 e 34/2004.

> técnica ou científica e 3disciplinas de áreas0 a fins, correspondentes a no máximo 20% (vinte por cento) da carga horária do curso ou aos percentuais fixados por ato federal, os quais deverão ser regulamentados pelo respectivo colegiado de curso.

Diante do exposto, os Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos tem a seguinte estrutura:

QUADRO 01 – ESTRUTURA CURRICULAR DOS PPP

Nome do Curso	Resolução	Carga Horária	Estrutura Curricular
Curso de Licenciatura em Pedagogia, área de aprofundamento em Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.	Resolução nº64/2006 UFPB/CONSEPE	3.210	• Conteúdos básicos; • Conteúdos complementares; • Conteúdos obrigatórios; • Área de aprofundamento; • Conteúdos complementares optativos; • Componentes complementares flexíveis.
Curso de Graduação em Pedagogia, Área de aprofundamento Educação do Campo.	Resolução nº47/2009 UFPB/CONSEPE revogada pela Resolução nº69/2010	3.210	• Conteúdos/Núcleos Básicos; • Aprofundamento; • Obrigatórios; • Optativos; • Estudos Integrados Flexíveis
Curso de Graduação em Pedagogia, na modalidade Licenciatura à distância.	Resolução nº 24/2007 UFPB/CONSEPE revogada pela Resolução nº12/2013	3.225	• Núcleo dos Fundamentos da Educação; • Núcleo dos Fundamentos da Educação Infantil; • Núcleo das Ciências Básicas e Metodologias da Educação Infantil; • Núcleo da Dinâmica do Trabalho Pedagógico na Educação Infantil.

FONTE: Quadro produzido a partir das análises dos PPPs dos Cursos de Pedagogia da UFPB.

Nessa perspectiva nos posicionamos a favor dos estudos de formação permanente em Freire e ao mesmo tempo nos propusemos analisar as políticas de formação do pedagogo, considerando as análises dos projetos políticos dos três cursos de Licenciatura: Pedagogia, área de aprofundamento em Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial; Curso de Graduação em Pedagogia, Área de aprofundamento em Educação do Campo e Curso de Graduação em Pedagogia, na modalidade Licenciatura à distância.

Os resultados demonstraram que os três Cursos tem como base a mesma Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP Resolução nº 01/2006), no entanto, cada um tem sua especificidade: (a) Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos, (b) Educação do Campo e (c) modalidade a distância. Observamos que apesar da necessidade de atender a uma reivindicação forte, plausível e essencial para o desenvolvimento do país, que são as reivindicações dos movimentos sociais, e pela avaliação do Ministério da Educação – MEC, através da Comissão de Avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, se torna um tanto inviável a manutenção de dois cursos que seguem a mesma Diretriz Curricular Nacional, pois o profissional formado obterá seu diploma como pedagogo, independente da sua área de aprofundamento.

Considerações Finais

A partir dos estudos e pesquisas desenvolvidos durante o desenvolvimento de nossa pesquisa foi possível compreender o motivo pelo qual o Paulo Freire defende uma formação permanente e não, apenas, continuada como por tanto tempo ouvimos falar. Nessa perspectiva nos posicionamos a favor dos estudos de formação permanente em Freire e ao mesmo tempo nos propusemos analisar as políticas de formação do pedagogo, considerando as análises dos projetos políticos dos três cursos de Licenciatura: Pedagogia, área de aprofundamento em Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial; Curso de Graduação em Pedagogia, Área de aprofundamento em Educação do Campo e Curso de Graduação em Pedagogia, na modalidade Licenciatura à distância.

Desta forma, os estudos aqui apresentados, não se esgotam, visto que se está numa dinâmica de construção, interação, fruto da ação-reflexão-ação constante a que estamos submetidos quando desejamos pesquisar.

Paulo Freire é sem dúvidas um marco na educação brasileira e um pedagogo reconhecido mundialmente pela pedagogia crítica. Para isso exige de nós, uma busca constante de uma leitura séria, uma reflexão crítica da realidade e uma responsabilidade de transformação. Por isso é necessário uma formação permanente.

Referências

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer nº 5/2005. *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia*. Diário Oficial da União, 13 de Dezembro de 2005.

_____. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CP Nº 1/2006*. Diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em pedagogia, licenciatura. Brasília: Diário Oficial da União, 16 mai. 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 10 mai. de 2013.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.* São Paulo: Cortez, 1989.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PORTO, Rita de Cassia Cavalcanti. *Currículo, formação de professores e repercussões metodológicas*. In: LIMA, M. N.S e Rosas, Argentina. (org.) Paulo Freire: Quando as ideias e os afetos se cruzam. Recife, Editora Universitária – UFPE, 2001.

PORTO, Rita de Cassia Cavalcanti; AMORIM, Ana Luisa Nogueira de. *Desenhos curriculares dos projetos políticos pedagógicos:* uma contribuição da pedagogia freireana aos cursos de licenciatura. João Pessoa: UFPB/Relatório PROLICEN, 2012.

SANTIAGO, Maria Eliete. *Políticas e gestão da educação básica: o Projeto Político Pedagógico da escola como instrumento de gestão democrática*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2009.

UFPB. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução nº 64/2006.* Aprova o projeto político pedagógico do curso de pedagogia do Centro de Educação, Campus I. João Pessoa: UFPB/CONSEPE, 2006. Disponível em: <http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2006/Rsep64_2006>. Acesso em: 15 mai. 2013.

UFPB. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução nº 13/2009*. Altera os Anexos II e III da Resolução n°. 64/2006 do CONSEPE. João Pessoa: UFPB/CONSEPE, 2009. Disponível em: <http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2009/Rsep13_2009.pdf>.

Acesso em: 12 jun. 2013.

UFPB. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução nº 07/2010.* Estabelece normas de elaboração e de reformulação do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação da UFPB, revoga as Resoluções nº 52/2003 e 34/2004, deste Conselho, e dá outras providências. João Pessoa: UFPB/CONSEPE. Disponível em: <http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2010/Rsep07_2010.pdf. Acessado em 20 de Jun. de 2013.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Projeto Político Pedagógico:* uma construção coletiva. Disponível em: <http://pedagogia.dmd2.webfactional.com/media/gt/VEIGA-ILMA-PASSOS-PPP-UMA-CONSTRUCAO-COLETIVA.pdf>. Acesso em: 10 Jun. de 2012.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Inovações e projeto político-pedagógico:* uma relação regulatória ou emancipatória? Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v23n61/a02v2361.pdf >. Acesso em: 12 Jun. de 2012.